

No. 39653

**Brazil
and
Bolivia**

Agreement on the establishment of a Permanent Bilateral Joint Commission for energy issues. La Paz, 7 May 2002

Entry into force: *7 May 2002 by signature, in accordance with its provisions*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 November 2003*

**Brésil
et
Bolivie**

Accord relatif à la création d'une Commission mixte bilatérale permanente en matière énergétique. La Paz, 7 mai 2002

Entrée en vigueur : *7 mai 2002 par signature, conformément à ses dispositions*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 novembre 2003*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

I

N.º 130

La Paz, em 7 de maio de 2002.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Governo da República Federativa do Brasil deseja concluir com o Governo da República da Bolívia um acordo para a criação de uma Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética.

Para tal fim e considerando que ambas as Partes têm interesses comuns no campo da operação, regulamentação, comercialização, planejamento e desenvolvimento de empreendimentos comuns na área da indústria de petróleo e gás, de energia elétrica, petroquímica e de fertilizantes torna-se conveniente e necessário para o desenvolvimento dos interesses bilaterais o estabelecimento da referida Comissão.

Nesse sentido, e de conformidade com o *Memorandum* de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia sobre o Desenvolvimento

A Sua Excelência o Senhor
Gustavo Fernández Saavedra
Ministro das Relações Exteriores e Culto
da República da Bolívia



de Intercâmbios Elétricos e Futura Integração Elétrica, de 30 de março de 1998, ambos os países têm mútuo interesse na troca de informações, experiências e pontos de vista no que concerne ao desenvolvimento e análise da informação energética, no desenvolvimento de um marco comum para a regulação no âmbito da energia elétrica, a operação coordenada de sistemas elétricos, a exportação de energia elétrica, a fixação de tarifas, o desenvolvimento de estratégias para promover atividades por meio do mercado e outras atividades vinculadas às tecnologias e uso eficiente da energia.

Por tudo isso, as Partes desejam estabelecer um mecanismo de cooperação efetivo e de longo prazo que abarque as diversas áreas energéticas compreendidas pela política de integração bilateral, com o objetivo de alcançar os interesses comuns existentes nessa matéria com base nos princípios de reciprocidade e complementaridade.

Com tal finalidade, proponho a Vossa Excelência acordar o seguinte:

1. Criar a Comissão Mista Binacional Permanente em Matéria Energética (doravante denominada "Comissão"), para tratar de deliberar e conduzir todos os temas da agenda bilateral respectiva no âmbito de um mecanismo único de discussão da política de integração do setor, com o objetivo de desenvolver, impulsionar e estabelecer acordos que levem à concretização dos objetivos descritos anteriormente e criar o marco no qual se desenvolverão as atividades de cooperação no setor tendo por base benefícios mútuos, igualdade e reciprocidade.
2. A Comissão será co-presidida pelo Senhor Ministro de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Senhor Ministro de Desenvolvimento Econômico da República da Bolívia.
3. As funções dos co-presidentes serão:
 - a) Aprovar o "Programa de Trabalho" e o período para sua execução, a partir da proposta gerada pelo Comitê Executivo.

b) Avaliar os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Executivo para sua aprovação ou reformulação.

c) Promover toda ação conducente ao alcance dos objetivos da Comissão, a fim de adotar decisões comuns nas áreas de competência dos respectivos Ministérios em cada país.

d) Promover a ratificação, por parte dos órgãos competentes de ambos os Estados, dos Acordos que se alcancem em matéria energética.

4. Os co-presidentes se reunirão com uma periodicidade não inferior a seis meses. As reuniões de Ministros serão realizadas alternadamente nos respectivos países. As datas e lugares das reuniões serão acordados por via diplomática.

5. A Comissão contará com um Comitê Executivo, que estará co-presidido pelo Vice-Ministro de Energia e Hidrocarbonetos da República de Bolívia e o Secretário de Energia da República Federativa do Brasil. Cada parte poderá designar um presidente alterno do Comitê Executivo.

6. O Comitê estará integrado, ademais, por cinco membros permanentes de cada país, incluindo um representante de cada Chancelaria.

7. O Comitê conduzirá os trabalhos e negociações, conforme as instruções que receba da co-presidência da Comissão, e as iniciativas que surjam no próprio Comitê Executivo e que sejam acordadas pelas Partes. Ademais, o Comitê formulará seu cronograma de trabalho.

8. Os integrantes permanentes do Comitê serão designados pelos respectivos presidentes do Comitê Executivo, e a lista nominal correspondente será comunicada formalmente, por via diplomática, à outra Parte. Cada Parte poderá convidar outras agências, dependências ou instituições governamentais ou organizações públicas ou privadas de ambos os Estados a colaborar com o Comitê, de acordo com os termos e condições que as Partes especificarem.

9. O programa de trabalho do Comitê será atualizado conforme o requeiram as circunstâncias. Sem prejuízo disso, o programa inicial de trabalho compreenderá os seguintes tópicos:

Gás;

Integração física e infra-estrutura;

Energia elétrica;

Pólo Gás-Químico;

Coordenação e Planejamento.

10. A Comissão poderá criar Grupos de Trabalho *Ad-Hoc* para o tratamento de temas específicos sobre energia. As conclusões a que cheguem esses Grupos serão examinadas pelo Comitê Executivo e, se for o caso, submetidas a aprovação da Comissão.

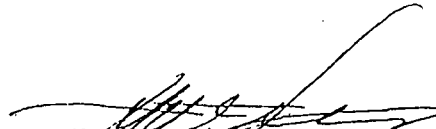
11. As convocações para as reuniões do Comitê serão feitas por intermédio da presidência do Comitê com cópia às respectivas Chancelarias, contando o texto da convocatória com informação sobre o motivo da reunião, participantes, seu lugar, data e agenda. Depois de cada reunião, lavrar-se-á uma ata na qual se registrarão as recomendações adotadas e propostas de ações a desenvolver. A referida ata deverá ser firmada pelos co-presidentes do Comitê.

12. As reuniões do Comitê Executivo serão realizadas alternadamente nos respectivos países. A composição das delegações dos países para as reuniões do Comitê será comunicada à outra Parte, por via diplomática, com uma antecipação de, ao menos, duas semanas.

13. Os gastos incorridos em passagens e diárias pela Comissão, bem como pelo Comitê, serão financiados independentemente por cada país. Os gastos com projetos, assessorias, consultorias e outros deverão ser cobertos pelo país que os solicite, a menos que a Comissão determine outra forma de financiamento.

Se o anteriormente exposto for aceitável para o Governo da República da Bolívia, esta Nota e a de Vossa Excelência onde conste tal conformidade constituirão um Acordo entre nossos dois Governos sobre a matéria, o qual entrará em vigor na data de sua Nota de resposta.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.



(STELIO MARCOS AMARANTE)

Embaixador



[TRANSLATION - TRADUCTION]

No. 130

La Paz, 7 May 2002

Sir,

I have the honour to inform you that the Government of the Federative Republic of Brazil wishes to conclude with the Republic of Bolivia an agreement for the establishment of a Permanent Bilateral Joint Commission on energy matters.

To that end, and considering that both Parties have common interests in the operation, regulation, marketing, planning and development of joint undertakings in the hydrocarbons industry, electrical energy, petrochemicals and fertilizers, the establishment of such a Commission would be useful and necessary for the development of bilateral interests.

In this connection, and pursuant to the Memorandum of Understanding between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Bolivia on Electric Power Exchange Development and Future Electric Power Integration of 30 March 1998, the two countries have a mutual interest in the exchange of information, experiences and views on the compilation and study of energy-related information, the elaboration of a common regulatory framework for electrical energy, the coordinated operation of electrical systems, the export of electrical energy, the setting of tariffs, the development of strategies to promote activities through the market, and other activities related to energy technologies and efficiency.

The Parties therefore wish to establish a mechanism for effective, long-term cooperation in the various energy sectors covered by bilateral integration policy, with a view to achieving their common objectives in this field on the basis of the principles of reciprocity and complementarity.

To this end, I propose that we agree as follows:

1. To establish a Permanent Bilateral Joint Commission on energy matters (hereinafter "the Commission") to discuss and provide guidance on all relevant issues on the bilateral agenda within a single mechanism for the discussion of sectoral integration policy with a view to the elaboration, promotion and conclusion of agreements designed to achieve the aforementioned objectives and to create a framework within which sectoral cooperation activities may take place on the basis of mutual benefit, equality and reciprocity.

2. The Commission shall be chaired jointly by the Minister for Mining and Energy of the Federative Republic of Brazil and the Minister for Economic Development of the Republic of Bolivia.

3. The functions of the joint chairmen shall be to:

(a) Approve the programme of work and the timetable for its implementation upon the proposal of the Executive Committee;

(b) Evaluate the results of the work done by the Executive Committee with a view to approving or reformulating it;

(c) Promote any activity designed to achieve the Commission's objectives with a view to adopting joint decisions within the areas of competence of the respective Ministries in each country;

(d) Promote the ratification by the competent bodies of each State of any agreements concluded on energy matters.

4. The joint chairmen shall meet at least once every six months. Ministerial meetings shall be held alternately in the respective countries. The dates and venues of the meetings shall be agreed upon through the diplomatic channel.

5. The Commission shall have an Executive Committee, which shall be chaired jointly by the Deputy Minister for Energy and Hydrocarbons of the Republic of Bolivia and the Secretary for Energy of the Federative Republic of Brazil. Each Party may designate an alternate chairman of the Executive Committee.

6. In addition, the Committee shall consist of five permanent members from each country, including one representative of each Ministry of Foreign Affairs.

7. The Committee shall conduct its work and negotiations in accordance with the instructions it receives from the co-chairmen of the Commission and with any initiatives arising within the Executive Committee itself and approved by both Parties. In addition, the Committee shall prepare its programme of work.

8. The permanent members of the Committee shall be appointed by the respective chairmen of the Executive Committee and the corresponding list of appointees formally communicated to the other Party through the diplomatic channel. Each Party may invite other government agencies, departments or institutions or public or private organizations of either State to collaborate with the Committee, subject to such terms and conditions as the Parties may determine.

9. The Committee's programme of work shall be updated as circumstances require. Without prejudice to that provision, the initial programme of work shall include the following items:

- Gas;
- Physical integration and infrastructure;
- Electrical power;
- Gas-chemical pole;
- Coordination and planning.

10. The Commission may establish ad hoc working groups to deal with specific energy-related issues. The conclusions of such groups shall be considered by the Executive Committee and, where necessary, submitted to the Commission for approval.

11. Invitations to the Committee's meetings shall be issued through the chairman of the Committee and copied to the respective Ministries of Foreign Affairs. The invitations shall include information about the purpose of the meeting and about its participants, venue and date, and agenda. Minutes containing the recommendations adopted and proposals for action shall be prepared after each meeting and shall be signed by the co-chairmen of the Committee.

12. Meetings of the Executive Committee shall be held alternately in the respective countries. The composition of each country's delegation to those meetings shall be communicated to the other Party through the diplomatic channel at least two weeks in advance.

13. The travel and subsistence costs incurred by the Commission and the Committee shall be met independently by each country. Expenses incurred in respect of projects, advisory or consultative services and other costs shall be met by the requesting country except where the Commission identifies an alternative source of financing.

If the foregoing is acceptable to the Government of the Republic of Bolivia, this note and your reply indicating your acceptance shall constitute an agreement between our two Governments in this area, which shall enter into force on the date of your note of reply.

Accept, Sir, the renewed assurances of my highest consideration.

STELIO MARCOS AMARANTE
Ambassador

His Excellency Mr. Gustavo Fernández Saavedra
Minister for Foreign Affairs and Worship of the Republic of Bolivia

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

II

República de Bolivia
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

La Paz, 07 de mayo de 2002
GM-429/2002

Excelentísimo Señor Embajador:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en relación a la propuesta formulada por el Gobierno de la República Federativa del Brasil mediante Nota N°. 130, de fecha 7 de mayo del presente año, referida a concluir con el Gobierno de la República de Bolivia un acuerdo para la creación de una Comisión Mixta Bilateral Permanente en Materia Energética, en los siguientes términos:

“ La Paz, 7 de mayo de 2002. N° 130. Señor Ministro: Tengo el honor de comunicar a Vuestra Excelencia que el Gobierno de la República Federativa del Brasil desea concluir con el gobierno de la República de Bolivia un acuerdo para la creación de una Comisión Mixta Bilateral Permanente en Materia Energética.

Para tal fin y considerando que ambas partes tienen intereses comunes en el campo de la operación, regulación, comercialización, planificación y desarrollo de emprendimientos comunes en el área de la industria hidrocarburífera, energía eléctrica, petroquímica y fertilizantes, resulta conveniente y necesario para el desarrollo de los intereses bilaterales el establecimiento de dicha Comisión.

En este sentido, y en conformidad con el *Memorandum* de Entendimiento entre la República Federativa del Brasil y la República de Bolivia sobre el Desarrollo de Intercambios Eléctricos y Futura Integración Eléctrica, de 30 de marzo de 1998, ambos países tienen mutuo interés en el intercambio de información, experiencias y puntos de vista en lo concerniente al desarrollo y al análisis de la información energética, en el desarrollo de un marco común para la

Al Excelentísimo señor
Stelio Marcos Amarante
EMBAJADOR DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Presente

regulación en el ámbito de la energía eléctrica, la operación coordinada de sistemas eléctricos, exportación de energía eléctrica, fijación de tarifas, el desarrollo de estrategias para promocionar actividades a través del mercado y otras actividades vinculadas a las tecnologías y uso eficiente de la energía.

Por todo ello, las Partes desean establecer un mecanismo de cooperación efectivo y a largo plazo que abarque las distintas áreas energéticas que comprende la política de integración bilateral, con objeto de alcanzar los intereses comunes existentes en esa materia sobre las bases de los principios de reciprocidad y complementariedad.

Con tal fin propongo a Vuestra Excelencia acordar lo siguiente:

1. Crear la Comisión Mixta Binacional Permanente en Materia Energética (en adelante la "Comisión"), para tratar de deliberar y conducir todos los temas de la agenda bilateral respectiva dentro de un mecanismo único de discusión de la política de integración del sector, con objeto de desarrollar, impulsar y establecer acuerdos tendientes a la concreción de los objetivos detallados precedentemente y crear el marco en el que se desenvolverán las actividades de cooperación del sector sobre la base de beneficios mutuos, igualdad y reciprocidad.
2. La Comisión será copresidida por el Sr. Ministro de Minas y Energía de la República Federativa del Brasil y el Sr. Ministro de Desarrollo Económico de la República de Bolivia.
3. Las funciones de los copresidentes serán:
 - a) Aprobar el "Programa de Trabajo" y el periodo para la ejecución del mismo, de la propuesta generada por el Comité Ejecutivo.
 - b) Evaluar los resultados de los trabajos desarrollados por el Comité Ejecutivo para su aprobación o reformulación.
 - c) Promover toda acción conducente al logro de los objetivos de la Comisión, con objeto de adoptar las decisiones comunes en las áreas de competencia de los respectivos Ministerios en cada país.
 - d) Promover la ratificación, por parte de los órganos competentes de ambos Estados, de los Acuerdos que se alcancen en materia energética.
4. Los copresidentes se reunirán con una periodicidad no inferior a los seis meses. Las reuniones de Ministros serán realizadas alternadamente en los respectivos países. Las fechas y lugares de las reuniones serán acordados por vía diplomática.

5. La Comisión contará con un Comité Ejecutivo, que estará copresidido por el Viceministro de Energía e Hidrocarburos de la República de Bolivia y el Secretario de Energía de la República Federativa del Brasil. Cada parte podrá designar un presidente alterno del Comité Ejecutivo.
6. El Comité estará integrado además por cinco miembros permanentes por cada país, incluyendo un representante de cada Cancillería.
7. El Comité conducirá los trabajos y negociaciones, conforme a las instrucciones que reciban de la copresidencia de la Comisión, y a las iniciativas que surjan en el propio Comité Ejecutivo y que sean consensuadas por las Partes. Además, el Comité formulará su cronograma de trabajo.
8. Los integrantes permanentes del Comité serán designados por los respectivos presidentes del Comité Ejecutivo, y la nómina correspondiente comunicada formalmente por vía diplomática a la otra Parte. Cada Parte podrá invitar a otras agencias, dependencias o instituciones gubernamentales u organizaciones públicas o privadas de ambos Estados a colaborar con el Comité, sujeto a los términos y condiciones que las Partes especifiquen.
9. El programa de trabajo del Comité será actualizado conforme lo requieran las circunstancias. Sin perjuicio de esto, el programa inicial de trabajo comprenderá los siguientes tópicos:
 - Gas;
 - Integración Física e infraestructura
 - Energía eléctrica
 - Polo Gas-Químico
 - Coordinación y Planeamiento
10. La Comisión podrá crear Grupos de Trabajo *Ad-Hoc* a los efectos del tratamiento de temas específicos sobre energía. Las conclusiones a las que arriben estos Grupos, serán examinadas por el Comité Ejecutivo y, si fuera el caso, sometidas a aprobación de la Comisión.
11. Las convocatorias a las reuniones del Comité serán hechas a través de la presidencia del Comité, con copia a las respectivas Cancillerías, contando el texto de la convocatoria con información sobre el motivo de la reunión, participantes, lugar y fecha de la misma y agenda. Luego de cada reunión se elaborará un acta donde se plasmarán las recomendaciones adoptadas y propuestas de acciones a desarrollar. Dicha acta deberá ser firmada por los copresidentes del Comité.

12. Las reuniones del Comité Ejecutivo serán realizadas alternadamente en los respectivos países. La composición de las delegaciones de los dos países para las reuniones del Comité será comunicada a la otra Parte por vía diplomática con una anticipación de, al menos, dos semanas.
13. Los gastos incurridos en pasajes y viáticos por la Comisión, así como por el Comité, serán financiados independientemente por cada país. Los gastos en proyectos, asesorías, consultorías y otros, deberán ser cubiertos por el país que los solicite, a menos que la Comisión determine otra forma de financiamiento.

Si lo antes expuesto fuera aceptable para el gobierno de la República de Bolivia esta Nota y la de Vuestra Excelencia donde conste dicha conformidad constituirán un Acuerdo entre nuestros dos gobiernos sobre la materia, el que entrará en vigor en la fecha de vuestra Nota de respuesta.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración. STELIO MARCOS AMARANTE, Embajador”.

Al respecto, cumpto en poner en conocimiento de Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de la República de Bolivia con las disposiciones antes transcritas, por la cual la presente Nota y la de Vuestra Excelencia de la misma fecha, constituyen un Acuerdo entre nuestros dos Gobiernos, que entrará en vigor el día de la fecha.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi alta y distinguida consideración.


Gustavo Fernández Saavedra
Ministro de Relaciones Exteriores y Culto de Bolivia



[TRANSLATION - TRADUCTION]

REPUBLIC OF BOLIVIA

MINISTRY FOR FOREIGN AFFAIRS AND WORSHIP

La Paz, 7 May 2002

GM-429/2002

Sir,

I have the honour to refer to the proposal made by the Government of the Federative Republic of Brazil to conclude with the Government of the Republic of Bolivia an agreement for the establishment of a Permanent Bilateral Joint Commission on energy matters, in note No. 130, of 7 May 2002, which reads as follows:

[See note I]

In this regard, I am pleased to advise that the aforementioned provisions are acceptable to the Government of the Republic of Bolivia, so that this reply and your note of the same date shall constitute an agreement between our Governments, which shall enter into force as from today's date.

Accept, Sir, the renewed assurances of my highest consideration.

GUSTAVO FERNÁNDEZ SAAVEDRA

Minister for Foreign Affairs and Worship of Bolivia

His Excellency Mr. Stelio Marcos Amarante
Ambassador of the Federative Republic of Brazil
La Paz

[TRANSLATION - TRADUCTION]

I

No 130

Monsieur l'Ambassadeur,

La Paz, le 7 mai 2002

J'ai l'honneur de vous faire savoir que le Gouvernement de la République fédérative du Brésil souhaite conclure avec le Gouvernement de la République de Bolivie un accord relatif à la création d'une Commission mixte bilatérale permanente en matière énergétique.

À cette fin, et compte tenu de l'intérêt commun des deux Parties dans la mise en œuvre, la réglementation, la commercialisation, la planification et l'élaboration d'initiatives conjointes dans les domaines de l'industrie des hydrocarbures, de l'énergie électrique, de l'industrie pétrochimique et des engrais, la création d'une telle Commission serait utile et nécessaire pour le développement d'intérêts bilatéraux.

À cet égard, et conformément au Mémorandum d'accord entre la République fédérative du Brésil et la République de Bolivie relatif au développement des échanges en matière d'énergie électrique et à l'intégration future de l'énergie électrique du 30 mars 1998, les deux pays partagent un intérêt commun en matière d'échange d'informations, d'expérience et de points de vue concernant la compilation et l'étude de l'information sur l'énergie, l'élaboration d'un cadre réglementaire commun de l'énergie électrique, l'exploitation coordonnée des systèmes électriques, l'exportation de l'énergie électrique, la fixation des prix, l'élaboration de stratégies pour la promotion d'activités au moyen du marché et d'autres activités en matière de technologies et d'utilisation efficace de l'énergie.

Par conséquent, les Parties souhaitent établir un mécanisme de coopération efficace et à long terme portant sur les différents secteurs énergétiques visés par la politique d'intégration bilatérale en vue de réaliser leurs objectifs communs dans ce domaine, sur la base des principes de réciprocité et de complémentarité.

À cette fin, je vous propose de convenir de ce qui suit :

1. Créer une Commission mixte bilatérale permanente en matière d'énergie (ci-après dénommée ("la Commission")), afin d'examiner et d'orienter toutes les questions inscrites à l'ordre du jour bilatéral dans le cadre d'un mécanisme unique d'examen des politiques d'intégration du secteur, en vue de mettre au point, de promouvoir et de conclure des accords visant à concrétiser les objectifs décrits ci-dessus, et à établir un cadre pour l'exécution d'activités de coopération dans ce secteur sur la base des avantages mutuels, de l'égalité et de la réciprocité.

2. La Commission est coprésidée par le Ministre des mines et de l'énergie de la République fédérative du Brésil et le Ministre du développement économique de la République de Bolivie.

3. Les fonctions des coprésidents sont les suivantes :

a) Approuver le programme de travail et le calendrier pour sa mise en œuvre sur proposition du Comité exécutif;

b) Évaluer les résultats des travaux accomplis par le Comité exécutif en vue de leur approbation ou de leur reformulation;

c) Promouvoir toute mesure visant à atteindre les objectifs de la Commission, en vue de l'adoption de décisions communes dans les domaines de compétence des ministères respectifs de chaque pays;

d) Promouvoir la ratification par les organes compétents de chaque État des accords conclus dans le domaine de l'énergie;

4. Les coprésidents se réunissent au moins une fois tous les six mois. Les réunions des ministres se tiennent alternativement dans chaque pays. La date et le lieu de chaque réunion sont convenus par la voie diplomatique.

5. La Commission est composée d'un Comité exécutif, qui est coprésidé par le Sous-Ministre de l'énergie et des hydrocarbures de la République de Bolivie et le Secrétaire à l'énergie de la République fédérative du Brésil. Chaque Partie peut désigner un président suppléant du Comité exécutif.

6. En outre, le Comité est composé de cinq membres permanents pour chaque pays, dont un représentant de chaque ministère des affaires étrangères.

7. Le Comité mène ses travaux et ses négociations conformément aux instructions qu'il reçoit de la coprésidence de la Commission et aux initiatives présentées au sein du Comité exécutif lui-même et qui font l'objet d'un consensus entre les Parties. En outre, le Comité élabore son programme de travail.

8. Les membres permanents du Comité sont désignés par les deux coprésidents du Comité exécutif, et la liste correspondante est communiquée officiellement par voie diplomatique à l'autre Partie. Chaque Partie peut inviter d'autres organismes, ministères ou institutions ou des organisations publiques ou privées de l'autre État à collaborer avec le Comité, sous réserve des termes et conditions définis par les Parties.

9. Le programme de travail du Comité est actualisé selon les circonstances. Sans préjudice de la présente disposition, le programme de travail initial comprend les questions suivantes :

- Gaz;
- Intégration et infrastructure physiques;
- Énergie électrique;
- Pôle pétrochimique;
- Coordination et planification;

10. La Commission peut créer des groupes de travail spéciaux afin d'examiner des questions directement reliées à l'énergie. Les conclusions de ces groupes sont examinées par le Comité exécutif et, le cas échéant, soumises pour approbation à la Commission.

11. Les convocations pour les réunions du Comité se font par l'intermédiaire de la présidence du Comité, avec copie aux Ministères des affaires étrangères respectifs. Les convocations doivent contenir des informations sur le motif de la réunion, les participants, le lieu et la date, ainsi que l'ordre du jour. À la suite de chaque réunion, un compte rendu est établi, où figurent les recommandations convenues et les propositions d'action à appliquer et ledit compte rendu est signé par les coprésidents du Comité.

12. Les réunions du Comité exécutif se tiennent dans chaque pays à tour de rôle. La composition de la délégation de chaque pays aux réunions du Comité est communiquée à l'autre Partie par la voie diplomatique au moins deux semaines.

13. Les dépenses de voyage et les frais de subsistance encourus par la Commission et le Comité sont assumés par chaque pays. Les dépenses encourues au titre des projets, des services de conseils et de consultants et autres coûts sont assumés par le pays requérant, à moins que la Commission n'identifie une source de financement de rechange.

Si ce qui précède est acceptable pour le Gouvernement de la République de Bolivie, la présente note et votre note indiquant votre approbation constitueront un Accord entre nos deux gouvernements sur cette question, lequel entrera en vigueur à la date de la note contenant votre réponse.

Je saisis cette occasion, etc.

L'Ambassadeur,
STELIO MARCOS AMARANTE

Son Excellence
Monsieur Gustavo Fernández Saavedra
Ministre des affaires étrangères et du culte de la République de Bolivie

II
RÉPUBLIQUE DE BOLIVIE

MINISTRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES ET DU CULTE

La Paz, le 7 mai 2002

GM-429/2002

Monsieur l'Ambassadeur,

J'ai l'honneur de me référer à la note No 130 du 7 mai 2002, dans laquelle le Gouvernement de la République fédérative du Brésil communiquait au Gouvernement de la République de Bolivie son intention de conclure un Accord relatif à la création d'une Commission mixte bilatérale permanente en matière énergétique et qui se lit comme suit :

[Voir note I]

À cet égard, j'ai le plaisir de vous informer que la proposition susmentionnée est acceptable pour le Gouvernement de la République de Bolivie, et que la présente note et votre note constituent un Accord entre nos deux gouvernements, qui entre en vigueur à la présente date.

Je saisis cette occasion, etc.

Le Ministre des affaires étrangères et du culte de la Bolivie,
GUSTAVO FERNÁNDEZ SAAVEDRA

Son Excellence
Monsieur Stelio Marcos Amarante
Ambassadeur de la République fédérative du Brésil
La Paz